



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 3404/MAP – 27 Abril 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA AO REQUERIMENTO N.º 160/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 744/2010 de 08 de Março do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

SMM



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
Gabinete do Ministro

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Dr. André Miranda
Palácio de S. Bento
1249 – 068 LISBOA

**ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 160/AC/XI/(1ª) - DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010
POSIÇÃO DO GOVERNO SOBRE A PROPOSTA DA UNIÃO EUROPEIA DE
"RECLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS DESFAVORECIDAS".**

Caro chefe,

Em resposta ao ofício n.º 1043/MAP remetido por V. Exa. em 8 de Fevereiro 2010, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de esclarecer o seguinte:

1. Em 2003, o Tribunal de Contas Europeu recomendou que fosse feita pela Comissão Europeia, em colaboração com os Estados Membros, uma profunda revisão da classificação existente para as Zonas Desfavorecidas e fosse desenvolvido um conjunto de critérios comuns para a delimitação dessas zonas. Esta revisão teria a finalidade de dar resposta às questões essenciais colocadas neste âmbito e eliminar as disparidades daí decorrentes no tratamento de beneficiários no território da UE.

A Comissão Europeia desenvolveu diversos trabalhos que conduziram à apresentação, em 2009, de uma proposta de um conjunto de 8 critérios biofísicos relativos ao clima, solos e declive. Na selecção destes critérios, a Comissão Europeia teve em conta a necessidade de ir ao encontro dos objectivos revistos do Regime de Pagamentos Compensatórios por Desvantagens Naturais, o que levou ao abandono dos objectivos socio-económicos e à necessidade de orientar os apoios para as zonas de maior



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
Gabinete do Ministro

risco de abandono das terras agrícolas. Esses indicadores deveriam, no seguimento destes trabalhos, ser testados ao nível dos Estados Membros através da realização de simulações da sua aplicação. Na sequência destas simulações os Estados Membros deveriam propor outros critérios, ou propor outras definições dos critérios propostos pela Comissão.

Foi enviada uma primeira versão deste trabalho eminentemente técnico aos Serviços da Comissão Europeia em 21 de Janeiro de 2010, o qual, como se depreende, não envolve qualquer compromisso por parte de Portugal e não assume minimamente o carácter de uma tomada de posição do Governo Português sobre esta matéria.

À medida relativa às "Zonas Desfavorecidas" não é atribuído um montante de apoio a nível comunitário para os diversos Estados Membros. Trata-se de uma medida incluída nos Programas de Desenvolvimento Rural e cujo volume financeiro de apoio é decidido pelos Estados Membros segundo as suas prioridades para as várias medidas de Desenvolvimento Rural, pelo que não faz sentido referir a "perda de mais de 180 milhões de euros".

O presente exercício de revisão dos critérios para a definição das Zonas Desfavorecidas tem a finalidade referida acima, não visando a diminuição ou aumento da área dessas Zonas. O Governo tem seguido este assunto com a maior atenção e tomará posição na altura própria.

Com os melhores cumprimentos, *H. Peneais*

A Chefe do Gabinete

Gabriela Freitas